

Para uma Europa de Valores

Guilherme d'Oliveira Martins

*Dies Oesterreich ist eine kleine Welt in der die grosse ihre Probe haelt.
(A Áustria é um pequeno mundo, no qual o grande mundo vai buscar experiência)
- Friedrich Hebbel*

Recorde-se a história europeia do último século. Tenham-se em consideração algumas lições fundamentais. É verdade que não estamos nos anos trinta. É certo, também, que o Sr. Adolf Hitler viveu num tempo de evidentes tentações totalitárias, um pouco por toda a parte. É facto que a humilhação política, de quem quer que seja, não é de bom conselho. De qualquer modo, e partindo da actual situação na Áustria, quando chega ao governo um partido dirigido por um demagogo que pratica, activamente, o populismo e o oportunismo, é preciso que se clarifiquem algumas ideias indispensáveis.

O início da nova década, afastada a memória da tragédia da última grande guerra, contém algumas ameaças - desde a demagogia da era electrónica, dos *sound bytes* e da tirania das audiências, até à emergência, um pouco por toda a parte, de discursos chauvinistas - ditados, é certo, por alguma incapacidade no campo democrático de prevenir os efeitos da exclusão e da fragmentação sociais. Se é correcto dizer-se que as democracias estão no essencial estabilizadas, ao contrário do que acontecia nos anos trinta, a verdade é que a legitimidade da representação democrática está em crise - o que suscita a emergência de movimentos populistas, como os do Sr. Haider. E se agora pode vir dizer-se que o FPO tem procurado apagar a má imagem das declarações persistentes do seu presidente, o certo é que elas foram produzidas, como fundamentos de um programa político e com base nelas criou-se uma corrente forte de opinião pública. Não se trata, pois, de lapsos linguísticos, mas da expressão de uma linha política.

Por outro lado, ao apontar o perigo não se trata de discriminar um partido político, que teve ao longo dos últimos quarenta anos uma inserção normal no sistema político austríaco, antes de ter adoptado a orientação mais recente. E quando se invoca a necessidade de não se esquecerem as razões profundas de um movimento, evitando qualquer tipo de vitimização, importa lembrar que cabe a cada Estado encontrar os melhores antídotos contra as ameaças que possam desenhar-se no horizonte. No entanto, esta primeira responsabilidade não pode fazer esquecer o espaço político europeu em que esse Estado se insere - sendo indispensável que todos assumam responsabilidades na prevenção e no combate dos perigos que vão surgindo.

A Áustria é membro da União Europeia e, como tal, as instituições democráticas inserem-se num conjunto coerente e complexo, no qual há valores comuns que têm de ser protegidos e salvaguardados. Não se diga, por isso, que há ingerência nos assuntos internos quando se manifestam preocupações relativamente ao surgimento de um governo que integra partidários de ideias xenófobas e chauvinistas. Afinal, o que há é uma reacção saudável e clara de demarcação e prevenção contra os riscos da aplicação de uma política centrada nessas ideias. É que a pertença à União Europeia exige o respeito pelos valores fundamentais da liberdade e do pluralismo. Não é compatível defender os princípios políticos, sociais e culturais da União e defender, internamente, soluções que podem levar à

exclusão de alguns e ao desrespeito de objectivos comuns de cidadania. Não está, pois, em causa o princípio sacrossanto de que a superioridade da democracia assenta na capacidade para integrar os não democratas. A partilha de responsabilidades obriga, porém, a que a prevenção contra a não democracia seja tarefa de todos. Eis porque não nem deve falar-se de ingerência nos assuntos internos, nem comparar-se esta situação à da crise do Kosovo. A Áustria, sendo membro da União e enquanto fizer parte, voluntária e democraticamente, desta, está obrigada a respeitar os valores comuns, que permitem à Comunidade funcionar como tal - como instância plural de destinos e valores. De facto, a orientação da política do governo de um Estado membro da UE não é indiferente para os restantes, uma vez que há um projecto comum. É neste sentido que falamos de Federação de Estados não confundível com um Super Estado.

Digamos, pois, que a União é, neste momento, posta à prova quanto à sua dimensão política. Eis porque as decisões dos catorze constituem algo de compreensível - até como modo de garantir que as instituições europeias possam funcionar, sem a proliferação de atitudes individuais, mais ou menos radicais, que, essas sim, poderiam pôr em causa as relações de confiança no seio da União Europeia. A partir daqui importa que haja o bom senso necessário para que fique claro que não se pretende causar qualquer prejuízo para o povo austríaco e que o gesto não é inamistoso mas solidário. Resta aguardar por que se veja ou não a repercussão prática da orientação política do Sr. Haider, que no governo da Caríntia e na liderança do partido não deixará de querer imprimir a sua linha ao governo do país. O espírito europeu não deve assim criar uma vítima, mas encontrar um caminho positivo, que garanta, inequivocamente, o respeito e a salvaguarda da liberdade, da livre circulação e da igualdade.

Voltou também à ordem do dia o tema antigo do sentido e o alcance da legitimidade eleitoral. Pergunta-se: poderá pôr-se em causa um resultado eleitoral, qualquer que seja? Vamos por partes. A regra é a de que a legitimidade mais perfeita e adequada é a do voto popular. Nesse sentido, é sempre desse ponto que temos de partir. Contudo, a legitimidade de origem, decorrente de eleições, tem de se ligar à legalidade, à legitimidade de exercício e à realização da justiça. O Estado de direito assenta nestes pilares - primado da lei, legitimidade do voto, legitimidade do exercício e respeito pelo valor justiça - que têm de ser vistos como complementares entre si. O Partido Nacional Socialista ganhou as eleições em 1933 mas, nem por isso, foi investido de uma legitimidade democrática. Há critérios de legitimidade substancial que têm de estar presentes e que não podem ser esquecidos. Como afirma Elias Diaz "na teoria da legitimidade não basta responder à pergunta (legitimidade de origem) quem manda ?, quem governa?, e com que procedimento se determina quem manda ?, é indispensável também aludir aos conteúdos materiais das decisões (legitimidade de exercício), em virtude do necessário respeito ao valor material da liberdade (...)" (cf. Ética contra Política. Los Intelectuales y el Poder, CEC, Madrid, 1990, p.45). Ora, a democracia supranacional europeia refere-se também a estes conceitos, pelo que os Estados membros da União têm de se ater a eles e à sua salvaguarda. Não é, pois, indiferente à União e ao funcionamento das suas instituições o respeito pelo valor material da liberdade por cada um dos Estados membros.

Perguntar-se-á: onde nos pode levar esta atitude? E também há quem se pergunte sobre se o mesmo aconteceria se se tratasse de uma situação semelhante num dos países mais influentes da União. Quanto aos efeitos, importará aguardar para ver qual a atitude e a durabilidade do governo austríaco. Quanto ao sentido e ao alcance, impõe-se deixar claro que os valores democráticos têm de ser defendidos em todas as situações semelhantes, com idêntica determinação, independentemente da força ou da dimensão do prevaricador. Para já, houve uma atitude essencialmente preventiva. Resta saber se as piores suspeitas se confirmam

na acção concreta dos ministros do partido de Haider e do governo que integram. E aqui, se prevalecer a prudência, certamente que, em vez de se criar uma vítima ou vítimas, tornar-se-á claro que os valores da liberdade e do respeito mútuo são constituintes da democracia supranacional europeia... De facto, a soberania dos Estados não é ilimitada e no caso da União Europeia há uma partilha de soberanias que obriga cada um dos Estados a governarem-se com respeito desses valores comuns. Nem se diga que são prematuras quaisquer reacções de censura - uma vez que o sentido do programa político do Sr. Haider não oferece dúvidas, mesmo que se perceba que a sua capacidade para tornar totalitária a política do seu país seja diminuta. No entanto, as declarações são suficientemente claras para suscitarem receio e prevenção.

O risco da difusão de posições radicais de direita extrema na Europa existe. A democracia e a liberdade são, de facto, realidades frágeis, sobretudo se pensarmos na salvaguarda da liberdade e da cidadania, do pluralismo e da coesão social. Por isso importa prevenir, adequadamente, tudo o que possa representar ameaça para os valores fundamentais da democracia. E, num momento em que a elaboração de uma Carta Europeia de Direitos e Deveres Fundamentais está na ordem do dia, exigindo-se uma ligação maior da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, não faria sentido que houvesse uma onda de indiferença perante o que ocorre no governo da Áustria. É, pois, positivo que assistamos a um sobressalto de indignação, que não deve turvar a serenidade na apreciação das circunstâncias - que deve ser orientado positivamente no sentido, não da dramatização, mas da salvaguarda efectiva dos valores democráticos da Europa.

A sombra negra dos anos trinta continua a marcar-nos. É bom que a memória desse tempo não se perca. E não tenhamos dúvidas: a "política electrónica", com a tirania do número e do instantâneo, pode estar a gerar novos fenómenos de populismo xenófobo (que pode ir da Caríntia à Padânia ...). Resta saber qual a raiz dos problemas - desde a crise de representação e de legitimidade de exercício até à fragilidade das políticas sociais, ao desemprego e à exclusão. Estes são os perigos que espreitam, sendo motivo de grandes preocupações. E há um forte apelo à responsabilidade europeia, para que deixem de prevalecer critérios e factores puramente económicos e utilitaristas, burocráticos e artificiais. A emergência dos egoísmos nacionais soma-se ao défice democrático da Europa, tornando as coisas ainda mais difíceis. Por tudo isto, o caso austríaco obriga-nos a uma reflexão muito séria, para que não nos fiquemos apenas pela aparência do problema. E se dúvidas houvesse, eis que os membros do FPO se desdobram em desmentidos relativamente à linha política de Haider, que o próprio diz não ser, exactamente, o que dizem que ela é... Há, pois, efeitos da tomada de consciência dos europeus - funciona um dissuasor contra todas as tentações de adoptar políticas internas que violem os valores constitucionais europeus.

A tomada de posição dos catorze é um passo importante. Não basta, porém. A sequência aconselhável exige que a democracia supranacional encontre as vias adequadas para que, em vez de se criarem vítimas ou bodes expiatórios, se construam os mecanismos sociais e políticos que permitam prevenir a emergência de fenómenos chauvinistas. O isolamento do povo austríaco seria um erro, contraditório com o espírito dos pais fundadores da Europa que se basearam, sempre, nas lógicas da integração e da solidariedade. Numa palavra, o respeito pelos valores da Europa passa por tornar claro que se pretende combater todas as formas de exclusão, através da inclusão e da solidariedade como o povo austríaco... Trata-se de ouvir hoje o velho apelo de Stefan Zweig - não sejamos testemunhas indefesas, impotentes, numa inimaginável recaída da humanidade... Jacques Julliard falava-nos, há pouco, de uma sociedade que prega o egoísmo individual, o primado do dinheiro e o culto da violência nos média - afinal vivemos a ameaça séria de um vazio de valores, de que o projecto europeu poderá vir a ressentir-se.

A atitude dos catorze deve ser, assim, demonstração de que a indiferença não é a regra europeia e de que ser da União não é pertencer a um clube de ricos num vazio de valores, mas sim partilhar de uma noção exigente e aberta de cidadania, fiel aos grandes movimentos emancipadores, cujos princípios procuramos tornar vivos. O sobressalto é positivo. Esperemos que permita compreender que a política europeia exige mais do que uma moeda única e normas técnicas. Precisamos de princípios e valores - isso é o que está em causa.